

Senado

aprova ^{federal} seis MPs

Um acordo entre os senadores da base governista e da oposição permitiu a votação das últimas seis medidas provisórias que trancavam a pauta. Eram 13 MPs que impediam a votação de outros projetos em plenário, um deles o que regulamenta as Parcerias Público-Privadas. Entre as matérias aprovadas ontem no Senado, estão as medidas do chamado "pacote de bondades tributárias do governo". Ele mantém a isenção de pagamento de contribuições sociais para produtores de leite, fubá e de frango.

Com o parecer favorável dos senadores, haverá também a redução do imposto a pagar sobre a produção de programas de computadores (softwares). Ao ser editada em outubro, a medida provisória previa apenas a redução da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) para a compra de equipamentos por empresas.

Os benefícios incluídos na Medida Provisória 219 podem significar uma redução extra de até R\$ 800 milhões em 2005 na arrecadação da Receita Federal. Ao todo, a medida provisória deverá representar uma queda de R\$ 2,5 bilhões na receita do governo.